

AFIA

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, COMPARATIVAS A
31 DE DEZEMBRO DE 2023**

ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Conteúdo

Balço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Período

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis



ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

ATIVO	Nota Explicativa	2024	2023
CIRCULANTE		20.134.736,21	18.166.214,52
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	4	5.281.799,75	5.137.368,03
Mensalidades a Receber	5	14.169.750,77	12.562.370,32
Outros Créditos	6	135.114,34	94.621,75
Estoques	7	547.304,56	371.070,80
Despesas Antecipadas	8	766,79	783,62
NÃO CIRCULANTE		848.630,36	784.258,20
Despesas Antecipadas - LP	8	1.217,67	1.756,40
Investimentos	9	24.437,00	37,00
Imobilizado	10	822.975,69	782.464,80
TOTAL DO ATIVO		20.983.366,57	18.950.472,72
PASSIVO	Nota Explicativa	2024	2023
CIRCULANTE		16.816.760,93	14.609.279,91
Fornecedores	11	732.936,38	424.743,64
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	1.029.634,09	920.995,48
Obrigações Tributárias	13	15.372,73	13.395,28
Financiamento (FCO)	14	-	31.919,94
Outras Contas a Pagar	15	17.858,39	16.764,50
Receitas Antecipadas	16	15.020.959,34	13.201.461,07
NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.166.605,64	4.341.192,81
Patrimônio Social		3.267.451,05	3.267.451,05
Superávit (Déficit) Acumulado		1.016.997,02	(89.772,46)
Superávit (Déficit) do Exercício		(117.842,43)	1.163.514,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.983.366,57	18.950.472,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Marinez Arantes da Silva
Diretora Presidente
CPF: 430.344.541-04




Suzane Rodrigues do Prado
CRC-GO-013753/O-7

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2024 COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	NOTA EXPLICATIVA	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS - Sem Restrição	23	21.338.727,13	20.237.433,43
RECEITA BRUTA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO - Sem restrição	23.1	21.338.727,13	20.237.433,43
Mensalidades de alunos pagantes		16.843.312,22	15.812.958,56
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 100% LC nº 187/2021		2.205.571,31	2.184.042,27
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 50% LC nº 187/2021		1.353.603,16	1.422.616,03
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)		583.507,94	538.394,10
Outras Receitas Atividade Educacional		352.732,50	279.422,47
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA EDUCAÇÃO	23.2	(4.348.965,11)	(4.394.686,17)
Bolsas de Estudos 100% LC nº 187/2021		(2.205.571,31)	(2.184.042,27)
Bolsas de Estudos 50% LC nº 187/2021		(1.353.603,16)	(1.422.616,03)
Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)		(583.507,94)	(538.394,10)
Mensalidades Canceladas / Desc. Concedidos		(14.739,63)	(39.191,16)
Cursos Cancelados / Outros Custos		(191.543,07)	(210.442,61)
OUTRAS RECEITAS ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO - Sem Restrição	23.3	136.612,00	133.821,65
Receita de Aluguéis		31.200,00	33.200,00
Doações Recebidas		105.412,00	100.621,65
(=) RECEITA LIQUIDA		17.126.374,02	15.976.568,91
(-) CUSTO ATIVIDADE EDUCACIONAL - Sem Restrição	24	(8.290.820,54)	(7.258.858,67)
Custo c/ Pessoal Administrativo	24.1	(2.581.966,12)	(2.256.456,17)
Custo c/ Colaboradores Docentes	24.2	(3.900.593,60)	(3.584.855,21)
Outros Custos Operacionais Educação	24.3	(1.808.260,82)	(1.417.547,29)
(-) CUSTO AÇÕES DE SOLIDARIEDADE ATIVIDADE EDUCACIONAL - Sem Restrição	25	(954,94)	(13.138,39)
Custos c/ ações de solidariedade		(954,94)	(13.138,39)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		8.834.598,54	8.704.571,85
(-) DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE EDUCAÇÃO - Sem Restrição	26	(5.422.397,63)	(4.529.878,80)
Despesa C/ Serviços de terceiros	26.1	(1.112.588,48)	(982.784,10)
Despesas Gerais	26.2	(3.756.109,85)	(3.205.648,65)
Despesa com PCLD	26.3	(405.128,59)	(207.183,71)
Despesas com depreciações	26.4	(148.570,71)	(134.262,34)
(=) RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE EDUCAÇÃO - Sem Restrição	27	(3.530.043,34)	(3.011.178,83)
RECEITAS FINANCEIRAS		461.029,35	539.392,78
DESPESAS FINANCEIRAS		(3.991.072,69)	(3.550.571,61)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ATIVIDADE EDUCAÇÃO - Sem Restrição		(117.842,43)	1.163.514,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Marínez Arantes da Silva
 Diretora Presidente
 CPF: 430.344.541-04


 Suzane Rodrigues do Prado
 CRC-GO-013753/O-7

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit/(Déficit) do período atividade educação - sem restrição	(117.842,43)	1.163.514,22
Ajuste de Exercícios Anteriores atividade educação - sem restrição	(56.744,74)	(89.772,46)
Outros resultados abrangentes atividade educação - sem restrição		
Total do resultado abrangente atividade educação - sem restrição	(174.587,17)	1.073.741,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Marinez Arantes da Silva
Diretora Presidente
CPF: 430.344.541-04




Suzane Rodrigues do Prado
CRC-GO-013753/O-7

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	Superavit/ (Déficit) acumulado	RESULTADO DO EXERCÍCIO	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1.994.253,69	1.387.562,79	(114.365,43)	-	3.267.451,05
Incorporação Déficit de 2022 ao Patrimônio Social	(114.365,43)		114.365,43	-	-
Ajustes de Exercício Anterior		(89.772,46)	-	-	(89.772,46)
Incorporação Superávit acumulado ao Patrimônio Social	1.387.562,79	(1.387.562,79)		-	-
Superávit (Déficit) do Exercício de 2023			1.163.514,22	-	1.163.514,22
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3.267.451,05	(89.772,46)	1.163.514,22	-	4.341.192,81
Ajustes de Exercício Anterior		(56.744,74)		-	(56.744,74)
Incorporação Superávit 2023 ao resultado acumulado		1.163.514,22	(1.163.514,22)	-	-
Superávit (Déficit) do Exercício de 2024			(117.842,43)	-	(117.842,43)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	3.267.451,05	1.016.997,02	(117.842,43)		(4.166.605,64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



 Marínez Arantes da Silva
 Diretora Presidente
 CPF: 430.344.541-04



 Suzane Rodrigues do Prado
 CRC-GO-013753/O-7

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – METODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/(Déficit) do Exercício	(117.842,43)	1.163.514,22
Ajustes p/ reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:		
(+) Depreciações e Amortizações	148.570,71	144.925,90
(+) Perdas Estimadas	405.128,59	207.183,71
(+) Juros Apropriados		-
(-) Baixa de Investimentos e Imobilizados		(3.500,00)
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras		
(-) Resumo na Venda de Imobilizado		
(-) Ajustes de Exerc. Anteriores	(56.744,74)	(89.772,46)
(-) Bens Recebidos em Doação		
Resultado ajustado	379.112,13	1.422.351,37
(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	(2.228.679,83)	(1.405.370,98)
Mensalidades a Receber	(1.997.931,64)	(1.501.052,93)
Contas a Receber	(14.577,40)	53.652,99
Tributos a Recuperar	(388,89)	(896,63)
Créditos a Recuperar	(40.103,70)	8.556,79
Estoques	(176.233,76)	36.524,11
Despesas Antecipadas	555,56	(2.155,31)
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais	2.239.400,96	1.390.748,09
Fornecedores	308.192,74	(63.757,77)
Obrigações Trabalhistas	108.638,61	144.324,55
Obrigações Tributárias	1.977,45	3.368,62
Contas a Pagar	1.093,89	15.444,70
Receitas Antecipadas	1.819.498,27	1.291.367,99
Contingências Cíveis		
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	389.833,26	1.407.728,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Novas Aplicações Financeiras		
Resgates de Aplicações Financeiras		
Recebimento na Venda de Imobilizado		-
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(189.081,60)	(237.091,70)
Aumento de Investimentos	(24.400,00)	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO PELAS) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(213.481,60)	(237.091,70)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Financiamentos	(31.919,94)	(42.559,94)
Redução Patrimonio Social		-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(31.919,94)	(42.559,94)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	144.431,72	1.128.076,84
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.137.368,03	4.009.291,19
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	5.281.799,75	5.137.368,03
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	144.431,72	1.128.076,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Marinez Arantes da Silva
 Diretora Presidente
 CPF: 430.344.541-04


 Suzane Rodrigues do Prado
 CRC-GO-013753/O-7

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
COMPARATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA**, criada em 26 de novembro de 1956, com sua sede localizada na cidade de Anápolis – GO, é uma associação de direito privado, de caráter beneficente educacional, cujas atividades são realizadas seguindo os preceitos traçados pela missão de **Irmãs Franciscanas de Allegany**, Instituto Apostólico de Vida Consagrada de Direito Canônico, da Igreja Católica Apostólica Romana.

A **AFIA** tem como objetivo principal, desde sua fundação, promover a realização de políticas públicas, com destaque para a manutenção de instituições de ensino e de assistência, para promover o acesso, a permanência e a conclusão de ensino, valorizando, também, o trabalho de instrução da juventude e o amparo aos excluídos socialmente.

A **AFIA** manteve em regular funcionamento sua única instituição beneficente mantida, o Centro Educacional São Francisco de Assis, unidade de ensino voltado ao atendimento da educação básica, localizado na cidade de Palmas – TO, onde cumpriu os requisitos da legislação vigente à manutenção de sua qualificação e certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da **AFIA** foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se, naquilo que importa, a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade lucrativa. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente e equânime, inclusive, em relação ao exercício comparado.

2.2 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da **AFIA** são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que esta atua, chamada de moeda funcional. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **AFIA**.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da **AFIA**.

2.3.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) esperadas para ativos financeiros, sobretudo as mensalidades a receber, se baseiam em premissas de risco que estão sustentadas em variáveis como perdas por inadimplência, indicadores de evasão escolar, indicadores de recuperação, exposição à inadimplência, entre outras. A Associação utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

2.3.2 Determinação da vida útil do imobilizado e intangível, e valor residual quando aplicável

A Associação tem como procedimento revisar, anualmente, a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e do intangível por meio de comissões internas na mantenedora e em cada unidade mantida, sob a coordenação dos responsáveis técnicos e de especialistas, quando necessário, com o objetivo de:

- i - determinar a vida útil dos ativos segundo sua capacidade normal de uso e, também, considerando a expectativa de utilização dos mesmos nas operações da Instituição;
- ii - identificar alterações na forma de uso e manutenção dos ativos que possam afetar a vida útil dos mesmos;
- iii - determinar o valor residual dos ativos para os quais se espera recuperação financeira ao final da vida útil; e
- iv - identificar ativos que apresentem evidências de que estejam registrados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda.

2.3.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e riscos

A Associação, embora seja parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, não obteve apontamento de risco de perda provável em suas demandas, devidamente opinado em relatórios por parte dos profissionais responsáveis pela condução dos casos e, por isso, não reconheceu provisão para riscos no balanço, nem divulgou passivos contingentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que afetam expectativas futuras, com probabilidade de ocasionar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

b) Caixa e Equivalente de caixa

Representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou em até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Os valores representados pelas aplicações financeiras estão registrados ao custo original acrescidos dos rendimentos auferidos até à data de encerramento das demonstrações.

c) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber estão avaliadas pelo montante total do contrato da prestação de serviços de ensino realizada pela AFIA. Encontram-se deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tal provisão é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber, tendo como base o saldo total dos créditos vencidos de alunos que possuem mensalidade em aberto há mais de 6 meses, em função do período de matrícula, ajustado pelos recebimentos posteriores e inclui o saldo total vencido do aluno na data do Balanço.

d) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de itens e perdas de inventário físico.

e) Imobilizado

O imobilizado é mensurado por seu custo histórico, deduzido a depreciação acumulada ao longo da utilização do bem. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do bem. Os

custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais (para alguns bens como veículos) durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 10.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado.

f) Intangível

Referem-se à aquisição de direitos de uso de softwares e estão registrados, quando existente, ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do contratual firmado com o titular do direito contratado.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes das aquisições e serviços normais ocorridas no curso das atividades da **AFIA**.

h) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais ativos

São apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessária.

k) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

l) Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

m) Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços de Ensino

Respeitando-se o princípio da oportunidade, as receitas de prestação de serviço de ensino reconhecidas pela **AFIA** têm como premissa a pré-existência de contratação dos serviços para o período letivo em questão. Essas receitas são apropriadas mensalmente, em concomitância com a consecução dos custos desses serviços, mantendo-se a linearidade desse reconhecimento ao longo do período contratado. Os recebimentos antecipados de mensalidades são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos como receita no mês de competência.

n) Gratuidades e bolsas de estudo

As gratuidades concedidas pela **AFIA** através da concessão de bolsas de estudo na sua unidade de ensino, foram quantificadas tomando-se por base o número de alunos beneficiados e com base na receita abdicada, segregando-se a evidenciação de acordo com a natureza do benefício concedido.

o) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da **AFIA** encontram-se integralmente registrados em contas patrimoniais. São compostos, basicamente, por Mensalidades a Receber, saldo em Conta Corrente e Aplicações Financeiras de recursos próprios. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A **AFIA** gerencia os riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável, não sendo prática e vedado à sua condição de imunidade tributária à impostos sobre patrimônio, renda e serviços, além de

contribuições sociais, realizar operações de natureza meramente especulativas. Os procedimentos de controles internos proporcionam o acompanhamento dos resultados e dos impactos no fluxo de caixa.

o1) Risco de crédito

O saldo de contas a receber da **AFIA** é constituído, basicamente, por mensalidades a receber oriundas da prestação de serviço de ensino. A política de controle está intimamente associada ao gerenciamento do nível de risco de crédito, com restrições impostas pela legislação consumerista e normas aplicáveis aos contratos de prestação de serviço de ensino, regulados pela Lei nº 9.870/99. Para cobertura dos riscos de inadimplência são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa.

o2) Risco de liquidez

Representado pela possibilidade de a **AFIA** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de um possível descompasso entre entradas e saídas de caixa, de forma a gerar fluxo negativo. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O caixa e equivalentes de caixa são originários de recursos próprios.

o3) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado a taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a **AFIA** incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Esse risco é praticamente nulo, já que as operações realizadas pela **AFIA** são financiadas, em grande parte, por recursos próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Caixa	262,44	1.158,87
Bancos	1.656.517,87	437.660,23
Aplicações Financeiras (a)	3.625.019,44	4.698.548,93
TOTAL	5.281.799,75	5.137.368,03

(a) Aplicações financeiras (Renda Fixa, CDB/DI) para fazer face às necessidades imediatas da Instituição.

DESCRIÇÃO	TIPO	TAXA a.a(%)	2024	2023
Bco Brasil CESFA - 1505-9 R.Fixa 90 MIL	BB RF SIMPLES ÁGIL	10,24	0,00	1.025,45
SICOOB RDC POS CDI (3263/103.024-8) CESFA	RDC	11,14	1.205.500,31	1.088.654,50
BB RF MAIS AUTOMATICO 45556-3	BB RF MAIS AUTOMÁTICO	8,73	9.867,38	-
BB Rende Facil 94240-5	BB RENDE FÁCIL	1,12	280,03	683,34
BB Rende Facil 45556-5	BB RENDE FÁCIL	1,12	271.106,70	490.461,81
BB CDB DI CTA 94240-5 AFIA	BB CDB DI	12,77	546764,49	774.828,18
Banco do Brasil RF Ágil	BB RF SIMPLES ÁGIL	8,73	1.591.500,53	2.342.895,65
TOTAL			3.625.019,44	4.698.548,93

5. MENSALIDADES A RECEBER

DESCRIÇÃO	2024	2023
Mensalidades a Receber de Alunos	16.362.742,93	14.350.233,89
(-) Perdas Estimadas c/ Cred. Liquid. Duvidosa	(2.192.992,16)	(1.787.863,57)
TOTAL	14.169.750,77	12.562.370,32

6. OUTROS CRÉDITOS

Registra os adiantamentos operacionais aos empregados relacionados a salários, férias, décimo terceiro salário e rescisão, antecipação de despesas a terceiros bem como créditos tributários junto a instituições públicas.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Adiantamentos	131.183,41	91.633,95
Impostos a recuperar	1.913,49	1.524,60
Créditos a Receber	2.017,44	1.463,20
TOTAL	135.114,34	94.621,75

7. ESTOQUES

Os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Materiais p/prestação de serviços	484.480,00	350.140,00
Material de Higiene	8.378,22	6.422,19
Almoxarifado	21.838,36	13.349,30
Outros Estoques (*)	32.607,98	1.159,31
TOTAL	547.304,56	371.070,80

(*) Refere-se a estoque de Equipamentos de EPI, Copa e Cozinha, bem patrimonial que ainda não está em uso.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Apólice de seguro predial, bem como do veículo pago no ato da aquisição, com suas despesas reconhecidas mensalmente na proporção de 1/12 avos, em observância ao princípio da competência.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Seguros apropriar Curto Prazo	766,79	783,62
Seguros apropriar Longo Prazo	1.217,67	1.756,40
TOTAL	1.984,46	2.540,02

9. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Obras de Artes	14.687,00	37,00
Construção em Andamento	9.750,00	0,00
Total	24.437,00	37,00

10. IMOBILIZADO

As adições apresentadas no valor de R\$ 189.081,60 decorrem basicamente das aquisições ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2024.

ÍTEMS	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação Exercício	Saldo 31/12/2024
Veículos	9.363,84	-	-	(3.554,52)	5.809,32
Móveis e Utensílios	426.269,97	88.229,99	-	(60.904,50)	453.595,46
Máquinas e Equipamentos	235.572,99	81.219,44	-	(43.878,42)	272.914,01
Equipamento de Informática	92.979,64	19.632,17	-	(37.249,35)	75.362,46
Instrumentos Musicais	2.998,04	-	-	(968,88)	2.029,16
Instalações	15.280,32	-	-	(2.015,04)	13.265,28
Subtotal	782.464,80	189.081,60	-	(148.570,71)	822.975,69
TOTAL	782.464,80	189.081,60	-	(148.570,71)	822.975,69

11. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Fornecedor de mercadorias	604.467,72	394.125,15
Fornecedor de Serviços	128.468,66	30.618,49
TOTAL	732.936,38	424.743,64

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Folha de Pagamento de Empregados	321.770,09	276.717,22
INSS a Recolher	44.764,65	78.768,62
FGTS a Recolher	50.907,22	46.158,45
IRRF s/ Folha de Pagamento	72.163,99	60.748,93
GRFC a pagar	24.387,79	234,92
Contribuição Sindical / Assistencial	1.519,10	1.482,01
Provisão Férias a Pagar	476.113,35	423.069,91
Provisão de Encargos sobre Férias	38.007,90	33.815,42
TOTAL	1.029.634,09	920.995,48

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
IRRF a Recolher	29,76	104,82
ISS Retido	6.062,59	5.343,22
INSS Retido	8.682,03	7.659,86
CSLL/PIS/COFINS	598,35	287,38
TOTAL	15.372,73	13.395,28

14. FINANCIAMENTO (FCO)

DESCRIÇÃO	TX. a.a. (%)	2024	2023
Banco do Brasil S/A – FCO		-	33.880,62
(-) Encargos a Apropriar	7,00%	-	(960,68)
Circulante:		-	31.919,94

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

DESCRIÇÃO		2024	2023
Circulante:			
Débitos de Empregados a Repassar	(a)	1.459,87	-
Valor a devolver para clientes	(b)	16.398,52	16.764,50
TOTAL		17.858,39	16.764,50

(a) Refere-se à retenção de Pensão Alimentícia em folha de pagamento, autorizada ou por determinação judicial.



(b) Refere-se ao valor de atividades extras canceladas na pandemia, que os pais ainda não solicitaram o reembolso.

16. RECEITAS ANTECIPADAS

DESCRIÇÃO		2024	2023
Mensalidades a Apropriar (educação infantil)	(a)	1.464.707,51	1.159.298,26
Matrículas e Mensalidades Ens. Fundamental 1ª Fase	(a)	7.103.319,70	6.639.958,38
Matrículas e Mensalidades Ens. Fundamental 2ª Fase	(a)	6.110.462,05	5.185.636,47
Matrículas e Mensalidades Ens. Médio.	(a)	4.710.148,55	3.490.883,06
Adiantamento de Mensalidades	(a)	1.060,22	-
Outras receitas a apropriar	(a)	284,92	-
(-) Custos e Despesas a Apropriar	(b)	(4.369.023,61)	(3.274.315,10)
TOTAL		15.020.959,34	13.201.461,07

- (a) Referem-se às matrículas e mensalidades correspondentes ao exercício seguinte, que serão apropriadas no resultado, conforme regime de competência.
- (b) Referem-se aos valores decorrentes das bolsas estudantis parciais, para os quais há o recebimento da parcela não contemplada pela bolsa, de modo que a dedução será apropriada ao resultado, em conta redutora da receita de mensalidades, no exercício seguinte, conforme regime de competência.

17. CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que, em 2024, não houve ações consideradas de perda provável, conforme relatório disponibilizado pelo corpo jurídico da entidade. Ainda, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, também, em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas, sendo que para o exercício 2024 não houve ações consideradas como perda possível.

18. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos gerados pela **AFIA** tiveram origem em suas atividades associativas, estando comprometidos em sua totalidade com esse universo operacional, ainda que destinados a aplicações financeiras com o intuito de manterem o poder de compra da Associação e a respectiva proteção do ativo investido. No decorrer do exercício de 2024, a **AFIA** não recebeu qualquer tipo de recurso originário do Poder Público.

19. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Por ser instituição de educação, sem fins lucrativos, a Associação Franciscana de Instrução e Assistência (AFIA) usufruiu da imunidade tributária frente aos impostos, prevista no art. 150, VI, 'C' da Constituição Federal e art. 9º, IV, 'c', do código tributário nacional. Por ser certificada como entidade beneficente de assistência social, também é imune frente as contribuições sociais nos termos do art. 195, §7º da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Complementar nº 187/2021. No entanto, caso estivesse sujeita à incidência da parte patronal da contribuição previdenciária, a Entidade deveria recolher aos cofres públicos o montante de **R\$1.579.625,61** em 2024 (**R\$ 1.408.912,43** em 2023).

20. ATIVIDADES BENEFICENTES – EDUCAÇÃO

Tendo como premissa estatutária a atuação de forma benemerente no campo da educação, a **AFIA**, em cumprimento ao que determina a legislação de regência, deu continuidade às suas intervenções sociais no exercício de 2024, atuando junto ao público-alvo assim definido.



A benemerência é realizada através da assistência educacional com a concessão de bolsas de estudo a alunos comprovadamente em condições de vulnerabilidade socioeconômica, trabalhando de forma complementar às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

No contexto da beneficência, a **AFIA** possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS plenamente válido, conferido pelo Ministério da Educação, tendo realizado de forma tempestiva, os pedidos de renovação que lhe conferem a manutenção do status conferido pelo CEBAS.

Apresentamos, a seguir, resumo das gratuidades concedidas durante o exercício de 2024, e demais informações que comprovam a conformidade da **AFIA** com as disposições normativas contidas na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, que regula o processo de certificação do CEBAS.

21. BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS

As gratuidades realizadas pela **AFIA** através da concessão de bolsas de estudo a alunos em situação de vulnerabilidade social devidamente comprovada, foram realizadas em sua unidade de ensino denominada **CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, localizado na cidade de Palmas – TO, e assim se resumem:

EVENTO	Quant.	R\$
Assistência Educacional – Lei Complementar nº 187/2021		
Bolsas de Estudo Integrais	108	2.205.571,31
Bolsas de Estudo Parciais 50%	142	1.353.603,16
Total Assistência Educacional - Lei Complementar nº 187/2021	250	3.559.174,47
Outras Bolsas de Estudo		
B.E. Integrais – Conv. Coletiva Trabalho	29	583.507,94
B.E. Institucionais Integrais		
Total Outras Bolsas de Estudo	29	583.507,94
Total Geral Bolsas Estudo Conc. ex. 2024	279	4.142.682,41

22. RELAÇÃO ALUNOS PAGANTES X BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS – EXERCÍCIO 2024

De acordo com a regra estabelecida no art. 20 da Lei complementar nº 187/2021 a **AFIA** deverá conceder um volume mínimo anual de bolsas de estudo integrais, tendo como referência o número de alunos pagantes. Para fins de evidenciar o cumprimento da regra disposta na norma, evidencia-se a seguir o demonstrativo de alunos pagantes e o cumprimento das proporções mínimas exigidas pelas normas citadas:

DEMONSTRATIVO ALUNOS PAGANTES / DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS	Nº ALUNOS
Matriculas	
Total Alunos Matriculados ex. 2024	1043
(-) Bolsas de estudo integrais	
(-) Bolsas de Estudo integrais (Art. 20, Lei Complementar nº 187/2021)	108
(-) Bolsas de Estudo Integrais – Convenção Coletiva de Trabalho	29
(-) Bolsas de Estudo Integrais Institucionais	
(-) Total Bolsas de Estudo Integrais	137
Total Alunos Pagantes (Total alunos matriculados – Total bolsas de estudo integrais)	906
(-) Alunos Inadimplentes	40
(=) Total	866
Vagas mínimas B. E. Integral – Critério 1/5 (Art. 20 – Lei Complementar nº 187/2021)	174
Vagas mínimas distribuição B. E. integral – Critério 1/9 (Art. 20, Lei nº 187/2021)	97
Total Bolsas de Estudo Integrais Lei Complementar nº 187/2021	108
Total Bolsas de Estudo Parciais 50% (Art. 20)	142
Critério 1/5 (Art. 20, Lei nº 187/2021)	ATENDIDO
Critério 1/9 (Art. 20, §1º - inc. I, Lei nº 187/2021)	ATENDIDO

23. RECEITAS OPERACIONAIS – SEM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

23.1 RECEITA BRUTA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Mensalidades de alunos pagantes	16.843.312,22	15.812.958,56
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 100% LC nº 187/2021	2.205.571,31	2.184.042,27
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 50% LC nº 187/2021	1.353.603,16	1.422.616,03
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)	583.507,94	538.394,10
Outras Receitas Atividade Educacional	(a) 352.732,50	279.422,47
TOTAL	21.338.727,13	20.237.433,43

(a) Decorrente de taxas pagas por alunos, formaturas e eventos, atividades extracurriculares e/ou de extensão, a exemplo de atividades esportivas, teatro, canto, aulas de música.

23.2 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Bolsas de Estudos 100% LC nº 187/2021	(2.205.571,31)	(2.184.042,27)
Bolsas de Estudos 50% LC nº 187/2021	(1.353.603,16)	(1.422.616,03)
Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)	(583.507,94)	(538.394,10)
Mensalidades Canceladas	(14.739,63)	(39.191,16)
Cursos Cancelados / Outros Custos (a)	(191.543,07)	(210.442,61)
TOTAL	(4.348.965,11)	(4.394.686,17)

(a) Refere-se aos custos com formaturas e eventos realizados.

23.3 OUTRAS RECEITAS ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Receita de Aluguéis (a)	31.200,00	33.200,00
Doações Recebidas (b)	105.412,00	100.621,65
TOTAL	136.612,00	133.821,65

(a) Refere-se ao aluguel da Cantina, Anfiteatro e Quadra de esporte.

(b) Doações das Irmãs Franciscanas de Allegany para Projeto aluno bolsista e Projeto de mãos dadas pela educação.

24 CUSTO ATIVIDADE EDUCACIONAL – SEM RESTRIÇÃO

24.1 CUSTO COM PESSOAL ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Proventos	2.352.841,30	2.054.101,12
(-) Recuperação de Despesas	(127.157,31)	(162.142,34)
Encargos Sociais	169.466,17	138.498,14
Rescisões trabalhistas	29.865,49	42.260,31
Benefícios	123.380,72	140.536,78
Capacitação	14.724,88	16.983,70
EPI	160,87	242,46
Uniformes	6.883,00	15.985,00
Saúde Ocupacional	11.801,00	9.991,00
TOTAL	2.581.966,12	2.256.456,17

24.2 CUSTO COM COLABORADORES DOCENTES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Proventos	3.590.395,29	3.288.142,90
(-) Recuperação de Despesas	(73.583,74)	(100.936,68)
Encargos Sociais	298.187,71	281.548,85
Rescisões trabalhistas	27.737,03	24.183,23
Benefícios	57.857,31	91.916,91
TOTAL	3.900.593,60	3.584.855,21

24.3 OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS ATIVIDADE EDUCACIONAL

DESCRIÇÃO	2024	2023
Material Pedagógico e Didático	1.734.861,41	1.368.887,60
Material Esportivo	7.597,40	1.983,88
Custos aula de campo	27.220,00	0,00
Seguro Educacional	35.896,35	36.582,30
Olimpíadas Educacional	2.702,46	6.616,17
SOR (Serviço de Orientação Religiosa)	1.227,05	2.888,84
(-) Recuperação de Despesas	(1.631,59)	0,00
Outros custos (a)	387,74	588,50
TOTAL	1.808.260,82	1.417.547,29

(a) Se refere para prêmios, medalhas para eventos do projeto Bilingue.

25 CUSTOS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE – ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
SERVIÇOS DE GRATUIDADES	954,94	13.138,39
TOTAL	954,94	13.138,39

A AFIA, para além da beneficência (exercida em atenção à legislação federal que rege o CEBAS), também desenvolve **ações de solidariedade**, que compreendem as demais atividades humanitárias empreendidas pela AFIA, quer em atuação própria e direta, como também por relações privadas com instituição(ões) que partilha(m) e implementam finalidades e objetivos estatutários comuns ao da Associação pelas quais, por exemplo, Projeto aluno bolsista e projeto de mãos dadas pela educação das Irmãs Franciscanas de Allegany.

26 DESPESAS OPERACIONAIS - ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO SEM RESTRIÇÃO

26.1 DESPESAS C/ SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Auditoria	33.348,17	36.968,53
Assessoria / Consultoria	116.260,00	117.266,36
Autônomos	21.277,00	9.115,08
Cobranças	14.722,99	70.922,72
Serviços de Consultorias (Serasa/Outros)	2.107,06	1.852,84
Serviços de Vigilância e Monitoramento	491.773,98	377.624,95
Serviço de Limpeza	433.099,28	369.033,62
TOTAL	1.112.588,48	982.784,10

26.2 DESPESAS GERAIS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas c/ informática	263.094,57	201.844,00
Despesas c/ viagem	35.330,46	34.826,89
Água	35.434,22	31.230,04
Energia	325.838,66	250.960,29
Telefone	1.370,83	4.813,64
Contribuição a Associação de Classe	9.687,80	5.882,27
Manutenção	6.169,08	7.719,50
Fotocópias, Correios e Cartórios	77,77	12.323,82
Material de Expediente	38.144,30	37.219,19
Copa/Cozinha e Alimentação	29.210,44	15.114,05
Medicamentos	440,90	1.102,61
Confraternizações, Festas e Eventos	203.169,66	88.535,03
Propaganda e Publicidade	90.825,60	71.552,02
Taxas / Impostos	18.751,13	1.924,93
Material de Higiene e Limpeza em Geral	47.771,99	45.515,09
Fretes e Carretos	6.285,58	37.361,09
Contribuição Anual/Mensal Ent. Religiosas	22.000,00	26.358,47
Despesas com Aluguel	1.853.414,68	1.864.453,45
Despesas c/ veículos	16.990,00	10.294,24
Despesas c/ Imóvel	539.698,40	244.651,57
Despesas c/ Máquinas e Equipamentos	162.043,87	149.004,24
Despesas c/ Móveis e Utensílios	50.359,91	62.962,22
(-) Recuperação de Despesas	0,00	0,00
TOTAL	3.756.109,85	3.205.648,65

26.3 DESPESAS COM PCLD

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	590.714,18	522.831,61
(-) Reversão de Prov. Perdas Créditos	(185.585,59)	(315.647,90)
TOTAL	405.128,59	207.183,71

A PCLD é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis, tendo como base o saldo total dos créditos vencidos de alunos que possuem mensalidade em aberto há mais de 6 meses.

26.4 DESPESAS COM DEPRECIAÇÕES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Móveis e Utensílios	60.904,50	52.231,59
Veículos	3.554,52	3.554,52
Equipamento de Informática	37.249,35	37.855,24
Instalações	2.015,04	2.015,04
Máquinas e Equipamentos	43.878,42	37.637,07
Instrumentos Musicais	968,88	968,88
TOTAL	148.570,71	134.262,34

27 RESULTADO FINANCEIRO - ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Receitas Financeiras	461.029,35	539.392,78
Despesas Financeiras	(3.991.072,69)	(3.550.571,61)
TOTAL	(3.530.043,34)	(3.011.178,83)

 \$

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer. Em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Anápolis - GO, 31 de março de 2025.



Marinez Arantes da Silva
Diretora Presidente
CPF: 430.344.541-04



Suzane Rodrigues do Prado
CRC-GO-013753/O-7



WORK7 Auditores Independentes Ltda.
Rua C-137, 1422, Jardim América - Goiânia/GO
Brasil - CEP 74275-060
Telefone - Brasil +55 (XX) 4007-2328
work7.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Associados, Diretores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA - AFIA
Anápolis - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA - AFIA, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2024** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA - AFIA, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com os requisitos éticos pertinentes para nossa auditoria das demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ **Reconhecimento da receita**

Os detalhes sobre grande parte da política contábil, relativos ao reconhecimento de receitas, estão correlacionados na Nota "16 - RECEITAS ANTECIPADAS", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Associação, sobre receitas antecipadas, no valor de R\$ 15,02 milhões de reais, após as deduções de custos e despesas a apropriar, envolve o pressuposto de que o acordado no processo de matrículas antecipadas, firmado entre os responsáveis pelos alunos matriculados e a ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA - AFIA, para a prestação de serviço na área de ensino, a ser realizado, será cumprido.

A decisão concretizada pela Administração da Associação foi de antecipar o processo de matrículas escolares, conforme preconizado nos contratos. Neste sentido, a Associação realizou os registros contábeis de antecipação de receitas, em relação a prestação de serviço de ensino a ser realizado no exercício seguinte, ocasionando apropriação da receita no resultado apenas após a execução dos serviços.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro do reconhecimento da receita antecipada, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado e se a receita antecipada estava sendo reconhecida ao longo do período correspondente à prestação de serviço. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

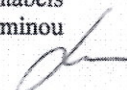
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 18 de abril de 2024.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou



como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança a Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em

continuidade operacional.

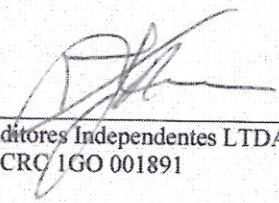
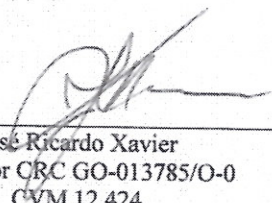
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Anápolis – GO, 08 de abril de 2025.


Work7 Auditores Independentes LTDA
CRC 1GO 001891
José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424